
**EDUCOMUNICAÇÃO E INCLUSÃO: UMA PROPOSTA JUNTO A
INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

MEDIA LITERACY AND INCLUSION: A PROPOSAL FOR THE VISUALLY IMPAIRED

EDUCOMUNICACIÓN E INCLUSIÓN: UNA PROPUESTA PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL

LÍGIA BEATRIZ CARVALHO DE ALMEIDA¹

JOÃO PAULO QUEIROZ XAVIER FERNANDES²

MARIANA PÍCARO CERIGATTO³

Submissão: 20/06/2021
Aprovação: 20/07/2021
Publicação: 22/12/2021

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (2012). Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Rádio e TV, Universidade de São Paulo (1984). Pedagoga pela Universidade Sagrado Coração (2012). Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande.

Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0002-4640-2414> E-mail: ligiabilia@gmail.com

² Graduado no Bacharelado em Comunicação Social com linha de formação em Educomunicação pela Universidade Federal de Campina Grande. Realizou estágio de comunicação e trabalhos voluntários em Organizações Não-Governamentais como Instituto dos Cegos de Campina Grande, Fundação Pedro Américo, AIESEC, entre outras.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8832-7600> E-mail: jpaulo.qxavier@gmail.com

³ Mariana Pícaro Cerigatto tem formação em jornalismo, mestrado em Televisão Digital pela Unesp/campus Bauru e doutorado em Ciência da Informação pela Unesp/campus Marília. Atualmente é docente titular no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-7626-8738> E-mail: maricerigatto@yahoo.com.br

RESUMO

Apresenta-se prática voltada ao desenvolvimento de habilidades críticas acerca da cultura midiática e de suas representações, desenvolvida com oito pessoas com deficiência visual, assistidas pelo Instituto dos Cegos em João Pessoa, na Paraíba. A metodologia utilizou recursos oriundos do campo da educomunicação. Estimulada pela fruição de um curta-metragem, com audiodescrição, que retrata a experiência de um jovem cego e homossexual, a prática permitiu o debate de questões contemporâneas como a discriminação social de minorias formadas por pessoas com deficiência visual e por pessoas homossexuais. Identificou-se ainda o consumo de bens da cultura midiática e a intensa utilização de tecnologias digitais pelos participantes. Por outro lado, constatou-se o escasso acesso dos mesmos ao recurso de acessibilidade da audiodescrição, que permitiria a eles não só o consumo mais fidedigno de conteúdos audiovisuais, importantes produtos culturais na atualidade, mas também sua inclusão em processos educativos utilizados nas instituições de ensino. Por fim, foi possível constatar a reprodução, por parcela dos participantes, de discursos estereotipados, por vezes veiculados nas mídias.

Palavras-chave: Educomunicação. Inclusão social. Leitura crítica da mídia. Tecnologia assistiva. Deficiência visual.

ABSTRACT

In this article it is presented a practice, elaborated with methodologies from the field of educommunication, aimed at developing critical skills about media culture and its representations. The participants were eight visually impaired people, assisted by the Instituto dos Cegos in João Pessoa, Paraíba. The experience enabled the debate of contemporary issues of social discrimination against minorities formed by people with visual impairments and homosexuals, having been stimulated by the enjoyment of a short film, with an audio description version, whose protagonist is a blind and homosexual youth. If, on the one hand, the intense consumption of media culture goods and use of digital technologies by the participants was identified, on the other hand, it was found that they had little access to the audio description resource, which would allow them not only the more reliable consumption of audiovisual content, important cultural products today, but also its inclusion in educational processes used in educational institutions. Finally, it was possible to verify the reproduction, by part of the participants, of stereotyped discourses, sometimes conveyed in the media.

Keywords: Media-education. Social inclusion. Critical reading of the media. Assistive technology. Visual impairment.

RESUMEN

La creación de un entorno virtual cada vez más participativo propició la difusión de En este artículo se presenta los resultados de práctica, elaborada con metodologías del campo de la educomunicación, orientada a desarrollar habilidades críticas sobre la cultura mediática y sus representaciones. Los participantes fueron ocho personas con discapacidad visual, asistidos por el Instituto dos Cegos em João Pessoa, Paraíba. La experiencia possibilitó el debate de temas contemporáneos de discriminación social contra minorías formadas por personas con discapacidad visual y homosexuales, habiendo sido estimulado por el disfrute de un cortometraje, em versión com audiodescripción, cuyo protagonista es un joven ciego y homosexual. Si, por un lado, se identificaba el consumo intenso de bienes de cultura mediática y el uso de tecnologías digitales por parte de los participantes, por otro lado, se constataba que tenían poco acceso al recurso de audiodescripción, lo que les permitiría no sólo el consumo más confiable de contenidos audiovisuales, productos culturales importantes em la actualidad, pero también su inclusión em los procesos educativos utilizados em las instituciones educativas. Finalmente, se pudo constatar la reproducción, por parte de los participantes, de discursos estereotipados, a veces transmitidos em los medios de comunicación.

Palabras clave: Educomunicación. Inclusión social. Lectura crítica de los medios de comunicación. Tecnología de asistencia. Discapacidad visual.

INTRODUÇÃO

Constituindo-se potentes sistemas de informação, representação, identidade e expressão, a comunicação social e as mídias ocupam papel de organizadoras da cultura e de mediadoras não transparentes entre os indivíduos e os fatos. Nas sociedades hodiernas, a criticidade e a autonomia são pré-requisitos para exercer o direito à comunicação. Eles estão presentes naqueles indivíduos capazes de entender os conceitos de mediação, de transparência e os interesses que movem a indústria midiática.

É nesse contexto que atua a educomunicação implementado atividades de mídia educação. Como cidadãos, os integrantes dos grupos vulnerabilizados precisam ser incluídos

em ações voltadas ao desenvolvimento da consciência crítica e ao exercício da liberdade de expressão. Uma das funções da educomunicação é contribuir para o desenvolvimento de dinâmicas e metodologias específicas, que considerem as especificidades de cada grupo.

A preocupação com a formação de comunicadores e educadores preparados para pensar a comunicação na perspectiva de pessoas com deficiência está presente nas Instituições às quais se filiam os autores deste artigo, alocadas na Paraíba e em Sergipe. Fruto desse esforço é o trabalho que aqui se apresenta.

Pesquisa recente revelou que o nordeste brasileiro alcança destaque nas buscas por informação sobre a pessoa com deficiência e a educomunicação (HOPPE, PINTO, OLIVEIRA, 2018), o que pode ser justificado pela natureza interdisciplinar das formações oferecidas que se concentram na interface da Comunicação e da Educação. Contudo, também se deve considerar a existência de uma maior concentração da população de pessoas com deficiência nos estados do nordeste (HOPPE, PINTO, OLIVEIRA, 2018). A convivência com eles implica no avivamento da necessidade e do interesse por sua inclusão e pelo diálogo com eles.

Com a prática, cujo desenvolvimento aqui se relata, que teve como elemento disparador de reflexões um curta-metragem, se pretendeu criar ecossistemas comunicativos capazes de levar pessoas com deficiência visual a refletirem sobre duas questões centrais: a exclusão social de sujeitos com deficiência visual e de homossexuais e a atuação da mídia na sociedade. Igualmente se pretendia verificar a viabilidade de incluir pessoas com deficiência social em práticas de mídia educativas de leitura crítica de audiovisual, com auxílio do recurso da audiodescrição.

A educomunicação - um dos conceitos mais fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho - é um campo amplo de conhecimento, que recebeu contribuições de diversos autores das áreas que inter-relacionam comunicação e educação. “Na prática, trabalha-se para promover um conjunto de habilidades que ‘empoderem’ o público para se engajar na cultura

mediática” (SIQUEIRA, 2017, p.4) . Com as mídias digitais, essas habilidades se tornam emergentes a serem desenvolvidas. São habilidades relacionadas à leitura e escrita verbal, visual, audiovisual, entre outras.

Para Jenkins (2009), as mídias atualmente não devem ser vistas apenas dentro de seu aspecto de âmbito tecnológico, mas principalmente, em “uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a fazer conexões em meio a conteúdos midiáticos dispersos” (JENKINS, 2009, p.29).

Nesta perspectiva, Livingstone (2003) diz que a leitura das novas mídias é processo um tanto dinâmico, que muda o tempo todo. Neste sentido, não se trata de separar novas e velhas mídias, porque elas se mesclam o tempo todo. O audiovisual, neste contexto, é uma linguagem que sobressai por estar muito presente no cenário de cultura participativa.

Dentro deste contexto, cresce o interesse de educadores por estudar a mídia e levá-la para sala de aula (SIQUEIRA, 2017). Enquanto área de estudo específica, o termo “mídia-educação” desponta especialmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que contribui para disseminar a importância da área nas décadas de 1970 e 1980. De acordo com a análise de Bévort e Belloni (2009), a Unesco foi uma das primeiras organizações a relacionar a formação crítica do sujeito para lidar com a mídia, caracterizando a mídia-educação como área responsável por ensinar aspectos sobre a leitura crítica da mídia, considerando os sistemas educacionais como importantes instituições para oportunizar a compreensão dos mensagens e funções exercidas pela mídia e tecnologias em sociedade.

A leitura crítica é uma das vertentes do campo da educomunicação, mas não a única. Para Soares (2011), a educomunicação se refere a um conjunto de ações capaz de engajar os sujeitos sociais no espaço da interface educação/comunicação. Na visão de Siqueira (2017), a mídia-educação combina atividades educacionais de leitura com as de escrita de mídia, ou seja, as atividades de produção. A escrita de mídia pode promover o aprendizado de

habilidades específicas da decodificação conforme desenvolve Hall (2003). Assim, atividades de produção fortalecem leituras críticas e sistemáticas da mídia, ampliando a bagagem cultural dos estudantes, e no cenário de comunicação digital as habilidades de produção se tornam bastante consistentes. E ainda, podem viabilizar a aprendizagem das técnicas e padrões de uso da linguagem na mídia (SIQUEIRA, 2017). O engajamento, usando as diversas linguagens, facilita o trabalho com a multimodalidade, e aqui é que os estudos de mídia-educação podem se encontrar com estudos sobre recepção.

Assim, a educomunicação e a mídia-educação se apresentam como processos que ocorrem de maneira dialógica, nos quais se constroem sentidos sociais novos a partir da prática educ comunicativa, a partir da apropriação das linguagens midiáticas de maneira crítica e reflexiva. Tudo isso ocorre num processo de interação com a sociedade (BACCEGA, 2009).

Portanto, uma das grandes tarefas ao entrelaçar a comunicação e a educação é levar os educandos, dentro de uma concepção cidadã, à compreensão dos papéis que os meios de comunicação desempenham na sociedade, entendendo que a mídia e suas diversas fontes se constituem como importantes canais que fomentam a opinião pública.

Citelli e Costa (2011) relacionam a educomunicação com o conceito de ecossistema comunicativo, e não limitando-os apenas à inserção dos meios de comunicação e as tecnologias na escola. Dessa maneira, pode-se dizer que o ecossistema comunicativo faz relação com a construção sobre novos modos de perceber, sentir, conhecer o mundo ao seu redor, configurando novos padrões de sociabilidade. Soares (2011, p. 43), complementa afirmando que “a educomunicação se caracteriza por criar e desenvolver ‘ecossistemas comunicativos’, qualificados como abertos e criativos, em espaços educativos”.

Dentro das áreas de intervenção da educomunicação, aqui se considera o processo de leitura crítica da comunicação que, conforme afirma Moran (1994), é uma educação necessária para as novas relações simbólicas estabelecidas no mundo contemporâneo e para

as novas expressões do ser social. A leitura crítica deve ter como propósitos “ajudar os indivíduos a compreender as novas codificações, as sutilezas da imagem, da música, da articulação entre o verbal, o visual e o escrito” (MORAN, 1994, p. 16).

Para Fantin (2014), as ações de educomunicação se relacionam com a cultura pelo fato de ampliar e diversificar os repertórios culturais; e, ao considerar habilidades de leitura crítica, promovem a análise, reflexão e avaliação de conteúdos, o que leva também à construção de conhecimentos. Por fim, atividades de leitura crítica ainda se associam com a cidadania, já que ações desta natureza permitem seu exercício ao indivíduo se apropriar criticamente da mídia, combatendo uma visão meramente instrumental e unilateral. Discutir mídia, portanto, pode ser um caminho para o debate democrático “de todos para todos” sobre as formas de ver, interpretar e construir significações e representações de mundo. No cenário digital, em que somos bombardeados por novas informações e conteúdos, essa atitude participativa e crítica se faz fundamental.

A MÍDIA-EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O artigo 2º da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 considera pessoa com deficiência

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Esta mesma lei determina a obrigação do Estado criar condições para o uso da tecnologia assistiva, que garanta o exercício da cidadania dessas pessoas e a sua inclusão nos mais diversos espaços sociais, como escolas, hospitais, clínicas entre outros. O conceito de tecnologia assistiva se caracteriza como

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007, p.3).

Com a instituição da Lei 13.146, transformações de maior vulto têm sido observadas nas instituições de ensino brasileiras, desde aquelas da educação infantil até as de ensino superior, acentuando-se a presença - fato que vinha ocorrendo de forma mais tímida até então - de pessoas com deficiência nas salas de aula, seja na perspectiva da aprendizagem como na da inclusão social.

Hoppe, Pinto e Oliveira (2018, p. 283), ao considerarem a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino, analisam a Lei nº 13.146/2015 e defendem que a educomunicação deve ser considerada uma tecnologia assistiva, graças a sua condição de oferecer “ajuda técnica - recursos, metodologias, estratégias, práticas - que objetiva promover a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social da pessoa com deficiência”, referendada pela sua condição de práxis, de prática metodológica.

Considerando a fala de Soares (2000), as práticas educacionais englobam aspectos como a interdisciplinaridade, e situam as mídias no cotidiano dos educandos. Além disso, se espera que a apropriação das mídias ultrapasse um caráter meramente técnico ou instrumental: a proposta é que se viabilize a apropriação crítica para promover a reflexão sobre formas e conteúdos encontrados nas mídias. E, ao conceber a comunicação como um bem social e instrumento para formação da cidadania, é imprescindível que se viabilize a mídia-educação para a inclusão de pessoas com deficiência.

No entanto, as relações entre mídia e educação dentro e fora das instituições de ensino possuem associações ainda mais delicadas quando consideramos a educação inclusiva. Como

promover a efetiva participação na cultura midiática, de forma crítica e reflexiva, de pessoas com deficiência?

O Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento¹, sobre educação inclusiva, destaca que um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando reconhece que todos os indivíduos podem aprender; há respeito pelas diferenças (idade, sexo, classe social etc.) e, especialmente, permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam às necessidades de todos.

Promover uma sociedade inclusiva é um processo dinâmico que está em evolução constante. E, indivíduos com deficiência necessitam de outras abordagens pedagógicas. No entanto, não é raro a própria instituição educativa esbarrar-se em diversos obstáculos para educar de maneira significativa e consolidar a cidadania do sujeito com deficiência. Assim, eles acabam ficando isolados no processo educativo.

Torrico (2016) reforça as ideias de Hoppe, Pinto e Oliveira (2018), considerando que a educomunicação tem um aspecto inclusivo por natureza, que pode contribuir para potencializar a inclusão do indivíduo com deficiência. Ao incentivar a conscientização sobre o papel das mídias e seus conteúdos e promover a reflexão, rompendo com determinados estereótipos de lugares sociais já definidos como inferiores para este público, as práticas de mídia-educação, que promovem a apropriação e criticidade das linguagens midiáticas, são propícias para amparar práticas inclusivas. Pois, ao abrir espaço para a reflexão sobre os conteúdos midiáticos, considera-se o contexto individual de cada sujeito, sobretudo os seus diversos pontos de vista, inclusive do aluno com deficiência. Assim, permite-se uma maior troca de experiências entre os vários pontos de vista.

¹ Esta definição de educação inclusiva foi usada durante o seminário sobre Educação Inclusiva do International Disability and Development Consortium (IDDC), Agra, Índia, em 1998. Desde então foi incorporada, quase palavra por palavra, no Relatório Branco sul-africano sobre educação inclusiva (South African White Paper on inclusive education), em Março de 2000.

As possibilidades com a educomunicação ou com a mídia-educação, ao valorizar as experiências individuais sobre as leituras possíveis acerca dos conteúdos midiáticos, contribui para a formação de um espaço mais diverso; pois se considera a experiência de pessoas com deficiência, que também convivem com as mesmas tecnologias, mídias e conteúdos que indivíduos que não possuem deficiência.

Assim, defende-se que educar com linguagens midiáticas e com o uso de dispositivos midiáticos configuram modos de conhecimento mais dinâmicos, voltados para a cultura da participação em que vivemos. Por meio das linguagens da mídia e seus conteúdos, os estudantes podem compreender e se envolver com as informações de um modo mais lúdico e interativo. E, quando neste cenário estão envolvidas pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, a interação com as mídias torna-se ainda mais relevante, pois, considerando este público, os estímulos às novas descobertas de aprendizado são essenciais ao seu desenvolvimento escolar e social. Assim, a interação com o mundo das mídias representa, para as pessoas com deficiência, uma oportunidade de participação, de inclusão na cultura atual em que vivemos, em que boa parte da realidade é mediada pelas mídias.

Portanto, esse conjunto de argumentos foi o que sustentou o planejamento e a aplicação das práticas aqui relatadas com pessoas com deficiência visual e que viabilizaram sua participação mais efetiva no cenário da cultura contemporânea.

A ATIVIDADE DESENVOLVIDA E O PERCURSO METODOLÓGICO

Entre as possibilidades de atuação com a metodologia educacional estão a pedagogia da comunicação e a mídia-educação ou educação para a comunicação. A pedagogia da comunicação consiste na utilização de elementos da comunicação para motivar a aprendizagem e a mídia-educação, a conscientização sobre a atuação da mídia na sociedade.

O desafio consistia na escolha de mídias que permitissem a participação de pessoas com deficiência visual. O audiovisual, que a princípio parecia incompatível, passou a ser considerado, se aliado aos recursos da audiodescrição. Dessa maneira, com objetivo de levar os participantes a refletirem tanto sobre preconceitos estigmatizantes e sobre o papel da mídia, optou-se pelo cinema, reconhecendo-se seu potencial educativo.

Conforme Fernandes (2017, p. 51), a audiodescrição² apresenta

a descrição em áudio, de forma objetiva, das informações visuais que não estão presentes no diálogo verbal. Por exemplo, na descrição de ambientes, mudanças de cena, roupas e características físicas e emocionais dos personagens, legendas e dados que possam aparecer na tela e qualquer informação que possa ser importante para a pessoa com deficiência visual.

Se a audiodescrição realmente proporcionasse fidelidade na recepção do conteúdo visual, seria possível avaliar o potencial de uso do cinema como elemento disparador de debates junto a essa população. A análise do filme possibilitaria, por um lado, discutir a atuação da indústria do audiovisual e as técnicas utilizadas para envolvimento do público-alvo, como linguagem, estereótipos, artifícios mercadológicos e por outro, abordar a temática da exclusão.

A proposta previa levar os participantes a refletir sobre a condição de vulnerabilidade de grupos de cidadãos, criando entretanto oportunidade para que também se deslocassem de sua própria condição de marginalização e pensassem na exclusão de forma objetiva. Selecionou-se assim uma temática ousada, a da homossexualidade, ainda considerada polêmica entre a população brasileira. Frente a isso, questionou-se como esse assunto seria aceito pelas pessoas com deficiência visual. Assim, o trabalho acabaria por provocar debates

² O recurso, aplicado ao curta *Eu não quero voltar sozinho*, pode ser conhecido acessando-se <https://www.youtube.com/watch?v=FkNoXubidmk>.

sobre duas condições, consideradas socialmente excludentes: a deficiência visual e a sexualidade.

Após curadoria de conteúdo, optou-se pelo curta-metragem *Eu Não Quero Voltar Sozinho*, de 17 minutos de duração, que aborda as temáticas da deficiência visual, do amor e da sexualidade entre jovens. Nele, narra-se a história de Leonardo (Leo), um menino cego cuja vida se transforma com a chegada de Gabriel, um aluno novo na escola. Leo se aproxima de Gabriel, descobre sua homossexualidade e tem que lidar com os ciúmes da sua melhor amiga.

O processo foi guiado por abordagem qualitativa exploratória e descritiva. As etapas percorridas foram: 1) solicitação de autorização do Instituto dos Cegos da Paraíba para desenvolvimento das atividades junto aos seus usuários maiores de 18 anos; 2) convite aos usuários com aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; 3) aplicação de questionário misto visando conhecer os meios usados por eles para se comunicarem, informar ou entreter; seus conhecimentos, utilização e opinião sobre a audiodescrição; 4) apresentação, exibição do curta-metragem; discussões guiadas por roteiro de questões emocionais/sociais e racionais/morais, conforme metodologia proposta no Plan Deni; 5) esclarecimento sobre o funcionamento da indústria cinematográfica e as características da linguagem audiovisual; 6) interpelação final, sondando transformações na visão dos participantes sobre as problemáticas apresentadas no filme, com a seguinte questão: ao término da oficina, vocês mudaram de alguma maneira a visão que tinham sobre o filme assistido e as temáticas abordadas?

As etapas de 2 a 6 foram desenvolvidas durante três encontros, de 3 horas de duração cada, mantidos no ano de 2017 nas dependências do Instituto dos Cegos.

Participaram oito indivíduos, tendo entre 21 e 71 anos, sendo seis pessoas com visão subnormal e dois cegos, assistidos pelo Instituto em João Pessoa.

Sobre as discussões abertas, recorreu-se a roteiros de pesquisas delineados por metodologia educomunicativa, desenvolvida no PLAN DENI - Plan de Niños, uma metodologia educomunicativa que investe no desenvolvimento da criticidade midiática nos cidadãos por meio da fruição de produtos cinematográficos (MARTINEZ, 1971).

Adicionalmente, se pretendia avaliar os conhecimentos prévios dos participantes sobre o processo de produção e distribuição do audiovisual e os interesses que motivam esse segmento da indústria cultural, para tornar possível, ao final, fornecer informações complementares que os levassem a desenvolver uma postura mais crítica em face dos produtos midiáticos.

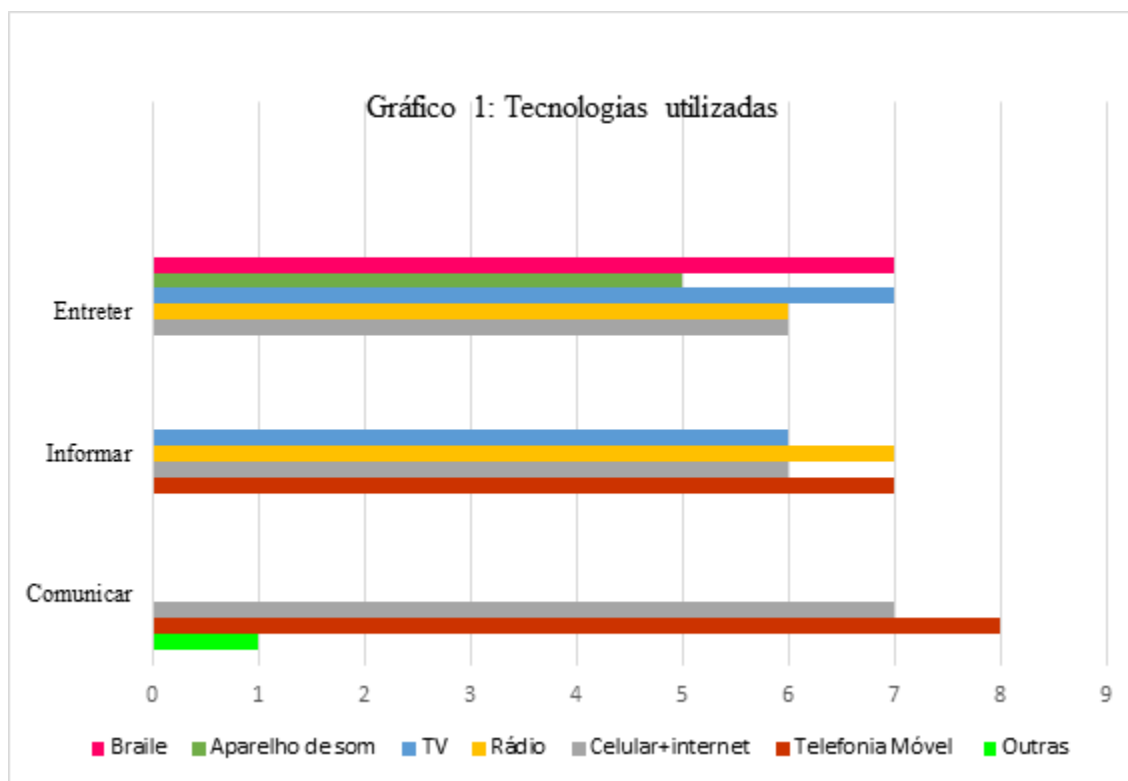
A RELAÇÃO COM AS TECNOLOGIAS E A AUDIODESCRIÇÃO

Neste momento, buscou-se conhecer a forma como os participantes, cotidianamente, se apropriavam da tecnologia, como usavam os meios de comunicação e a mídia para se comunicar, informar e entreter.

Utilizou-se um questionário com questões mistas, que foi lido em voz alta, tendo as respostas sido coletadas individualmente, registradas pelos aplicadores em formulário próprio e gravadas com auxílio de um aplicativo no celular.

Perguntou-se: a) quais meios de comunicação eram utilizados no dia a dia; b) qual o principal meio utilizado para se comunicar, para ficar informado e para passar o tempo.

A seguir, no gráfico 1, apresenta-se os resultados, que revelaram a intensa relação e a familiaridade que as pessoas com deficiência visual mantêm com as tecnologias.



Fonte: produção dos autores.

Todos afirmaram comunicar-se por telefonia celular e com exceção do participante mais idoso, com essa finalidade todos usavam aplicativos e redes sociais. Para se manter informados, os meios mais utilizados foram a comunicação interpessoal por telefone e o rádio, seguidos pelas redes sociais e pela TV. Para se entreter, figuraram a leitura em braille, a TV, a internet e o rádio e o aparelho de som, em que ouvem músicas e audiobooks.

Interessante ressaltar que como tecnologia de comunicação alocada no item *Outras*, foi mencionada a bengala. Um dos respondentes afirmou que com ela, ao caminharem sozinhos pelas ruas, sinalizam aos transeuntes que são pessoas com deficiência visual.

PERCEPÇÕES SOBRE A AUDIODESCRIÇÃO

Na sequência, se procurou saber que conhecimento eles tinham sobre a audiodescrição. A questão foi apresentada verbalmente em um momento em que todos estavam reunidos e para exemplificar, demonstrou-se o recurso da audiodescrição, veiculando uma cena do curta-metragem, que seria apresentado no dia subsequente.

Obteve-se somente uma resposta positiva de participante, que revelou ter tido acesso ao recurso uma única vez durante oficina realizada sobre a temática na própria Instituição e que o considerou importante para entender o vídeo apresentado.

FRUIÇÃO DO CURTA-METRAGEM E DEBATE

A próxima etapa envolveu a exibição e debate sobre o filme, que ocorreu em uma sala da Instituição. Os participantes foram acomodados em sofás e poltronas e havia relativo silêncio. O filme foi exibido sem interrupções. Um integrante da equipe ficou encarregado de acompanhar as reações dos participantes.

Na sequência da exibição, seguiu-se um roteiro para avaliar a compreensão da narrativa; as impressões sobre recursos sonoros, incluindo a audiodescrição; as emoções despertadas e as relações com as temáticas propostas. Os seguintes pontos seriam abordados: a) qual era a história e quem a narrou; b) quais as características dos protagonistas; c) a utilização de músicas, efeitos sonoros e os sentimentos que provocaram; d) identificação pessoal com personagens, com justificativa; e) lembranças que sobrevieram durante a fruição do filme; f) se apreciaram o curta e do que mais gostaram, com justificativa; g) o que manteriam e o que suprimiram caso pudessem reelaborar a trama, com justificativa; h) a forma de apresentação da sexualidade dos personagens principais; i) a percepção de que a deficiência visual, assim como a homossexualidade, é discriminada socialmente.

Os participantes descreveram apropriadamente como eram os protagonistas e relataram o que se passou na história do começo ao fim. Suas respostas, adicionadas às observações de suas reações durante o filme, revelaram que a audiodescrição foi relevante para que entendessem o enredo do curta-metragem. Tanto que interessados em utilizar o recurso, alguns deles solicitaram que se encaminhasse digitalmente informações adicionais sobre a audiodescrição para eles.

Antes de questioná-los sobre os efeitos sonoros presentes no curta e também porque um dos objetivos da educação para a comunicação, área de intervenção da educomunicação, é ampliar a consciência crítica dos participantes sobre a atuação da mídia na sociedade, ofereceu-se sucintamente informações sobre recursos que são usados pela indústria e na produção cinematográfica para captar audiência e nela despertar emoção, dando especial enfoque aos recursos sonoros em função da deficiência visual dos envolvidos. Na sequência, se indagou sobre a percepção deles em relação aos recursos sonoros presentes no filme.

Eles relataram que as músicas eram normalmente românticas. Afirmaram que vários sons, como o da muleta, da máquina de escrever em braile do protagonista e alguns diálogos, como o momento em que o protagonista posiciona o amigo - Gabriel - para o seu lado direito ao caminhar, fizeram lembrar o cotidiano de uma pessoa com deficiência visual a vários participantes.

Ao final, considerando as falas dos participantes, concluíram que o produto ficcional analisado aproximava-se da realidade vivida pelas pessoas com deficiência visual. Vale ressaltar que os participantes só puderam saber que Gabriel posicionou o amigo cego do seu lado direito e utilizou a muleta para caminhar, em função da audiodescrição, já que essas informações não foram verbalizadas pelos personagens.

A HOMOSSEXUALIDADE E A VULNERABILIDADE SOCIAL

No que concerne à temática da sexualidade, o debate sobre ela foi bastante rico e possibilitou confirmar a validade da pedagogia da comunicação, que defende o uso de recursos da comunicação como elemento disparador do diálogo.

Os participantes, ao identificarem a orientação sexual do protagonista da narrativa, reagiram de maneiras diversas, tendo o mesmo ocorrido em relação à exibição de um beijo entre eles, que só pode ser identificada pelos indivíduos em função da audiodescrição. Alguns demonstraram surpresa, outros acharam graça e houve quem não escondesse o desapontamento por torcer pela concretização de um romance heteroafetivo, conforme revelaram durante o debate em grupo que se seguiu. Os participantes mais idosos sustentaram uma atitude condenatória à homossexualidade, um deles afirmou que duvidava que fato como esse pudesse ocorrer por engano na vida real, uma vez que o cego tem o faro muito apurado e identifica qualquer pessoa pelo cheiro, pondo em cheque o grau de realismo da cena, evidência clara do exercício da criticidade sobre a mídia.

Avançando na prática e para estimular a capacidade reflexiva e a participação dos envolvidos, perguntou-se se eles haviam gostado do filme, o que mudariam no enredo, caso ele fosse escrito por eles e o que eles acharam da forma como a homossexualidade foi abordada no filme. Três deles não se prontificaram a responder e a maior parte afirmou que colocaria a amizade entre cegos e videntes como a questão central. Aqueles mais conservadores disseram que eliminariam a temática da homossexualidade no curta, fato que demonstra que apesar de serem eles próprios vítimas da exclusão, optariam por manter excluídas as minorias com orientação sexual diferente da tradicional, mesmo concordando que a temática foi abordada de forma *leve* no audiovisual.

Para aprofundar as reflexões sobre a temática, questionou-se se eles consideravam que as pessoas com deficiência visual sofrem discriminação, assim como ocorre com os

homossexuais, havendo consenso entre todos os presentes de que isso ocorre. Em manifestação espontânea, uma parcela dos participantes se declarou simpatizante aos homossexuais e exemplificaram narrando a convivência harmônica e feliz, no grupo que ali estava, com uma mulher homossexual assumida. Ela revelou que se sentia duplamente discriminada na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência demonstrou o potencial da educomunicação para organizar os processos dialógicos nos ecossistemas comunicativos de forma horizontalizada, criando motivação para participação de todos os participantes. O domínio desse arcabouço teórico permitiu a inserção de metodologias educativas no universo da deficiência. A ambiência criada oportunizou o diálogo horizontalizado, propondo a reflexão coletiva acerca da estigmatização por discriminação e sobre a desnaturalização dos conceitos sobre homossexualidade.

Ela também colocou em evidência a importância da tecnologia como instância inclusiva, na medida em que permite às pessoas com deficiência visual superarem as dificuldades impostas pela cegueira ou pela baixa visão e utilizarem não só a mídia tradicional, mas principalmente seus smartphones, usufruindo dos benefícios do acesso à cultura midiática, da comunicação mediada e da cidadania digital.

Se por um lado, constatou-se que apesar de criada com propósito de inclusão e de estar presente no Brasil desde 2003 (MOTTA, ROMEU FILHO, 2010, p. 31), a audiodescrição ainda é pouco disponibilizada, deixando de contribuir não só para o acesso cotidiano das pessoas com deficiência visual à ferramenta educativa vídeo, mas também para sua inclusão em práticas adotadas na escola e que possuem “a capacidade de reforçar as características republicanas, democráticas e civis da escola, ao educar estudantes que são capazes de fazer frente a seu tempo” (VOCI-SAYAD, 2019, p. 265).

Observou-se a rica convivência das pessoas com deficiência visual com a mídia, tornada possível pelas funções de acessibilidade e pelos aplicativos que equipam os aparelhos celulares, possibilitando, por exemplo, o controle por voz, a ampliação das imagens pelo zoom e a assistência à locomoção, por meio de mapas de localização em tempo real.

Se a vida social é influenciada, acima de tudo, por imagens e signos, como pensar na participação efetiva de pessoas com deficiência visual nessa sociedade que tem as mídias como importantes fontes de informação, conhecimento, lazer, ou seja, fontes de relação com o mundo?

Assim, a educomunicação se apresenta como uma ferramenta de “cidadania instrumental e de pertencimento”, “para a democratização de oportunidades educacionais e para o acesso e produção de saber, o que contribui para a redução das desigualdades sociais” (FANTIN, 2011, p. 28).

Trabalhar com a educomunicação junto às pessoas com deficiência visual fortalece a autonomia desses indivíduos, e colabora para engajá-los na cultura participativa promovida pelas mídias. No cenário em que boa parte do que conhecemos é mediado pelos meios de comunicação, se faz importante desenvolver as habilidades antes elencadas por Jenkins et al (2006), tais como a criticidade, a inteligência coletiva e navegação transmídia, entre outras. Assim, assume-se outra relação com a cultura da comunicação, que não seja somente de entretenimento e instrumentalização de técnicas que visam o mero manuseio das mídias – estas, que inauguram uma nova cultura, na qual todos os indivíduos precisam participar e se engajar de maneira significativa.

A prática aqui relatada é emblemática por demonstrar que a inclusão pode ser promovida com tecnologia assistiva como a audiodescrição e a educomunicação. Foi possível aplicar um percurso metodológico e promover uma experiência sensorial com os sujeitos com deficiência visual muito semelhante àquela que se aplicaria com videntes. A fruição do

produto audiovisual pelos participantes foi bastante completa, permitindo o debate sobre a indústria audiovisual, sobre a audiodescrição e sobre a temática.

O audiovisual demonstrou ser uma importante ferramenta, determinante para a inclusão social e midiática de pessoas com deficiência visual, bem como para a ampliação de sua consciência crítica sobre a função da mídia na sociedade.

Espera-se que surjam ainda efeitos de médio prazo que levem aqueles participantes, que mesmo diante da manifestação de aceitação pelo grupo mantiveram o discurso intolerante e condenatório sobre a homossexualidade, a repensarem seus posicionamentos.

Vale ressaltar adicionalmente outra face revelada pela prática narrada, por ter relação com a mídia. A comunicação educativa sobre as especificidades das pessoas com deficiência visual em sua relação com as pessoas e com o mundo é insuficientemente difundida para a sociedade nos meios de comunicação, necessitando ser incrementada. Senso comum, não se acredita que deficientes visuais usem a tecnologia com tanta frequência, o que faz com que muitas pessoas sem deficiência, ao observá-los utilizando o celular, duvidem que tenham deficiência e acabem debochando e negligenciando ajuda a eles, quando necessária, fato que expõe a necessidade do desenvolvimento de ações educativas junto à sociedade, para o que a comunicação pode contribuir se houverem profissionais e veículos sensíveis à causa e capacitados para abordá-la.

Destaca-se, além do mais, que o potencial cognitivo dos indivíduos com deficiência visual não é definido por sua deficiência, mas pode ser definido pela deficiência das famílias dessas pessoas e da sociedade e em reconhecer suas necessidades e garantir recursos assistivos para que sejam estimulados da forma correta, de preferência na primeira infância.

Constatou-se, por fim, que a tecnologia é uma instância inclusiva, contudo, com frequência, a realidade revela um potencial não atendido de acesso das pessoas com deficiência visual, resultado de um conjunto de fatores que incidem sobre os sujeitos com deficiência e que precisam ser repensados, como: o baixo poder aquisitivo dessa população,

sua dificuldade de locomoção, o preconceito sofrido, a falta de respeito, de colaboração, de políticas públicas e de acesso à educação básica e tecnológica.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/Educação e a construção de nova variável histórica. **Artigos Nacionais**, São Paulo, p.19-28, set. 2009.

BRASIL. **Comitê de Ajudas Técnicas, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República** (CORDE/SEDH/PR), 2007. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/Comitê%20de%20Ajudas%20Técnicas/Ata_VII_Reunião_do_Comite_de_Ajudas_Técnicas.doc> Acesso em: 18 out. 2020.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, set./dez. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

CITELLI, Adilson Odair. **Comunicação e Educação: A linguagem em movimento**. São Paulo: Senac, 2004

CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina. Introdução. In: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina (Orgs). **Educomunicação: Construindo uma nova área de conhecimento**. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2011

FANTIN, Mônica. Contextos, perspectivas e desafios da mídia-educação no Brasil. In: Ilana Eleá. (Org.). **Agentes e vozes: um panorama da mídia-educação no Brasil, Portugal e Espanha**. 1ed.Götenburg: Nordicon, 2014, v. 1, p. 49-57.

_____. **Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos**. Olhar de Professor, v. 14, n. 1, p. 27-40, 21 jul. 2011.

FERNANDES, João Paulo Queiroz Xavier. **Leitura crítica da comunicação audiovisual: abordando o tema homossexualidade junto a deficientes visuais**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) Bacharelado em Comunicação Social, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2017.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: HALL Stuart.; SOVIK, Liv. (Orgs.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 365-381

HOPPE, Bárbara Chiodini Axt; PINTO, Gabriela Rousani; OLIVEIRA, Rafael Santos. Educomunicação como tecnologia assistiva. In: POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; ANJOS, Lucas Costa dos; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves (Orgs). Seminário Governança das Redes. **Anais do III Seminário Governança das Redes políticas, internet e sociedade**. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2018.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry et al **Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education For the 21st Century**. Chicago: The MacArthur Foundation, 2006.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LIVINGSTONE, Sonia. **The Changing Nature and Uses of Media Literacy**. Londres: Media@lse, London School of Economics and Political Science, 2003. Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/13476/>. Acesso em: 22 nov 2012.

MARTINEZ, Luís Campos. El Lenguaje Total: el Plan-Deni, **Cuadernos de Educación**, Santiago, mar.-abr., 1971, p. 7-10.

MORAN, José Manuel. **Educação, comunicação e meios de comunicação**. Série Ideias n.9. São Paulo: FDE, 1994. p. 13-17.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (ORGs). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo , 2010.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011

_____. Educomunicação: um campo de mediações . **Comunicação & Educação**. São Paulo: 12 a 24, set./dez. 2000

SIQUEIRA, Alexandra Bujokas de. Materiais didáticos de mídia-educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 209-227, jan/mar 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NbfwBHFG59QcKJHyVfJsxDy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2021.

TORRICO, Raíra Santos. A educomunicação como forma de inclusão das pessoas com deficiência no complexo ambiente escolar. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (org.). **Educomunicação: e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo: Abpeducom, 2016. p. 166-173.

VOCI-SAYAD, Alexandre Le. Educación mediática y pensamiento crítico: antídotos contra la desinformación. In AGUADED, Ignacio; VIZCAÍNO-VERDÚ, Arantxa; SANDOVAL-ROMERO, Yamile (Coords.) **Competencia mediática y digital: del acceso al empoderamiento**. Huelva: Grupo Comunicar Ediciones, 2019. p. 265-269.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de; FERNANDES, João Paulo Queiroz Xavier; CERIGATTO, Mariana Pícaro; ALMEIDA. Educomunicação e inclusão: uma proposta junto a indivíduos com deficiência visual. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, pp. 266-288, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2021v15n.59841>.